

TEMPO, TEMPORALIDADES, DURAÇÕES – DAS CIÊNCIAS EXACTAS ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS, O TEMPO DA GEOGRAFIA NÃO HISTORIAL E DO LUGAR

Paula Bordalo Lema

I. O TEMPO E O ESPAÇO

1. O Tempo das Ciências Exactas às Ciências Humanas

Em Galileu (1564-1642) a noção de *tempo* revela-se associada a **movimento** no sistema solar do Universo.

Pouco tempo depois, Isaac Newton (1642-1727) considera o Espaço e o Tempo em termos absolutos na Lei da gravitação e Leibnitz (1646-1716), contestando o carácter absoluto do tempo, afirmou o carácter **relacional do Espaço e do Tempo**, considerando-o importante como contexto em que os objectos têm **uma posição e relação lógica no Espaço e no Tempo**.

Por influência dos Naturalistas no século XVIII, a noção de sistema e de organismo integra os fenómenos da Natureza e da Sociedade em que o **Tempo** é relevante com o significado imprescindível de **Evolução e Evolucionismo**. À superfície da Terra, a evolução no Tempo era cíclica e estacional, a variação no Espaço era zonal de acordo com a proximidade do Sol em relação ao Equador.

A Geografia greco-latina é um marco importante, revelando descrições de lugares e de povos, realçando a situação de civilizações em termos favoráveis ou desfavoráveis relativamente às condições topográficas, o que suscitou a Heródoto a constatação de que “o Egipto é um dom do Nilo”. Descrições de viagens e lugares são também apresentadas por Árabes (como Ibn Batouta) e viajantes da época medieval: com muitas informações sobre povos e a sua situação quanto às condições topográficas, sem, contudo, revelarem a precisão e a sistematização própria da cultura greco-latina. Com o Renascimento e o surgir da época moderna, prevalece uma ideia globalizante, atendendo à harmonia da Natureza e aos sinais e significados de progresso por relação analógica com a perspectiva naturalista: a Geografia atende a relações de equilíbrio entre a Natureza e a Humanidade e os Povos (A. Humboldt, 1845-1862), e de equidade entre a distribuição da população e os recursos do solo, afirmando-se pela primeira vez os propósitos da “Geografia Social” (E. Reclus, 1905-1908); as escalas em questão descendem do Cosmos para o Homem sobre a Terra e para a análise do território nacional, da diferenciação regional, dos localismos. Na Geografia a observação é o objectivo fundamental, destacando-se como primordial a obra de A. Humboldt reconhecido como um autêntico precedente da “moderna geografia da **percepção**”, “escrevendo magníficas páginas sobre essas **geografias pessoais** e sobre essas **imagens** mentais que às vezes fundam as suas raízes no **mito** e na **lenda**” (H. Capel, 1981, 28).

O alargamento da perspectiva da História é evidenciado na cultura greco-latina por Heródoto, que é o primeiro a relacionar as investigações geográficas com a história, sobrepondo-se esta perspectiva às descrições históricas anteriores que realçavam mitos com intuito da sua perenidade e imortalidade ou eram dedicados a eventos de guerras de campanhas imperiais. Com o triunfo do Cristianismo no Império Romano, a historiografia é marcada por preocupações diferentes do carácter pagão greco-romano, enaltecendo o Sagrado e os eventos dos Judeus e Cristãos. As crónicas medievais são abundantes pela forte inspiração a partir de conventos e mosteiros. Contudo, foi a historiografia da cultura greco-latina que apresentou melhor qualidade de critérios e a sua influência irá exercer-se até ao século XVIII. Com o surgir da época moderna, o carácter filosófico da História é imbuído de racionalismo, nacionalismo e de objectivos de reforma social e esta concepção e tradição moderna mantém-se no século XIX em que a preocupação de mudança social à escala da Nação transfigura-se na História com o Mito.

2. A relação Espaço e Tempo, as duas dimensões da experiência humana

A noção de **Espaço**, no sentido globalizante e total, como uno e múltiplo ao mesmo tempo, é um conceito moderno, que se justapõe às análises e descrições localistas ou circunscritas localmente, assim como é moderno o conceito de **Tempo** que atravessa eventos singulares, com difusão e localização restrita e interrupta.

A separação entre as Ciências da Natureza e as Ciências Sociais é acentuada por Kant que atendeu à **relação entre Espaço e Tempo**. “O Espaço, como forma pura de toda a intuição externa é uma condição *a priori* dos fenómenos exteriores. Pelo contrário, o Tempo é uma condição *a priori*, uma condição imediata dos fenómenos interiores e, por isso mesmo, a condição mediata dos fenómenos exteriores”.

O Espaço não existe senão pelo Tempo e é seu fundamento, admitindo-se uma relação que não é da metafísica do sujeito transcendental.

3. Historicismo – afirmação e contraposição

O Historicismo surge como uma noção polémica. É o anti-positivismo, que tende a circunscrever o conhecimento científico de leis às Ciências da Natureza, considerando que nenhuma lei universal se adequa aos fenómenos humanos em que a liberdade aí desenvolve a história: opõe-se assim ao Naturalismo que pretendia incluir todos os fenómenos, incluindo os fenómenos humanos, no campo de investigação de uma ciência com leis de carácter universal.

O Historicismo foi privilegiado pela importância que o pensamento pós-kantiano atribui ao Tempo: a primazia do Tempo, tão forte na fenomenologia husserliana e na ontologia heideggeriana.

Husserl afasta o Historicismo epistemológico para atender à pesquisa fenomenológica. O questionar da filosofia sobre a sua história, para atender à origem e à unidade, parece essencial à clarificação da perspectiva fenomenológica. A fenomenologia não se torna, para Husserl, um historicismo, porque há uma distinção entre uma história teleológica, que serve à fenomenologia, e uma história historicista, que é obstáculo. É questionada esta separação entre o historicismo epistemológico e a filosofia em busca da sua história, imbuída de uma razão universal, argumen-

tando-se que a fenomenologia husserliana não poderia refutar o historicismo sem contestar as suas raízes ontológicas, porque o historicismo epistemológico não encontra as suas bases senão num historicismo ontológico.

Na “Pobreza do Historicismo” K. Popper assume uma posição definida quanto ao historicismo epistemológico e o historicismo ontológico. Refuta o historicismo especificamente epistemológico, demonstrando que a pretensa oposição ao Naturalismo assenta numa falsa compreensão do trabalho científico. Crítica o Historicismo que não resulta apenas dos excessos do positivismo mas está ainda em conflito com uma filosofia substancialista, para a qual a noção de verdade evolutiva é contraditória, assim como todo o fixismo transcendental. O Historicismo aceita uma história teleológica em que as leis podem ser conhecidas e previstas e é esta ontologia pós-hegeliana que, para K. Popper, deve ser igualmente refutada num historicismo onde está aliada ao positivismo, por considerar que traduz uma ontologia conservadora enraizada num sentimento que impede ou limita o pensamento, pelo significado de temor perante a mudança e o seu carácter imprevisível. É uma interpretação crítica da tendência do Historicismo como expressão de temor da novidade, pelo que toda a teleologia se precavê pela previsão – contra a ruptura e descontinuidade – pela inteligibilidade do devir e significado da evolução, como se o Historicismo fosse imbuído de verdade. É criticado no campo ontológico o Historicismo ligado à questão do Tempo e à relação com o Ser.

Heidegger, no seu debate com a metafísica, não põe fim à primazia do Tempo, mas situa com uma nova claridade a questão no terreno ontológico.

No *Tempo e Ser* a primazia do Tempo é claramente afirmada, pois que “não nos é permitido deste modo perguntar, depois, o *onde*, o *lugar do tempo*. Porque no tempo verdadeiro por si, a região da sua apresentação tripla (determinada pela proximidade aproximante) é o sítio pro-espacial pelo qual somente há um possível *onde*”.

A linguagem e a tradução noutras línguas bastam para desmentir a interpretação historialista.

Na tradução, uma língua não inclina o pensamento no mesmo sentido que outra. Em francês ou inglês, o *ser* dá-se no *ter lugar* e tudo o que acontece acontece em algum *lugar*.

Il y a... There is... Há ... remete-se explicitamente ao *lugar*, não ao tempo.

O prazo, o destino, requer o solo que o recolhe.

Aparecer, chegar é sempre aceder, aderir *aí* e, se há *tempo e ser*, é que se abre o círculo onde acontece.

Assim, poder-se-ia falar do *sítio* pró-temporal pelo qual o *quando* se torna possível.

Em Heidegger, se a filosofia da existência que se encontra no *Ser e Tempo* é historicista, como todas as filosofias da existência que *aí* se inspiram assim como a ontologia que lhe corresponde, o mesmo não ocorre no *Tempo e Ser*, porque o autor neste segundo texto denuncia o primeiro e revê a primazia do tempo. Heidegger não retém a identificação, num momento, entre *Ser e Tempo*. O *há* é anterior à *temporalidade*. Heidegger desloca a problemática do *Tempo*, cessando de a ligar à transcendência própria da existência e de que se pode dizer que ela repousa sobre a primazia dada à temporalidade. Não a liga a um destino que seja, quer subjectividade absoluta, quer desenrolamento cego. O destino, no seu destinal originário, é uma sorte pela qual o horizonte do tempo se determina.

O *onde* não está totalmente apagado: é para *aí*, *onde*, para a sua diferença, com toda a *espacialidade* que parece voltado o apelo a reconhecer “a proveniência do espaço – pensado de maneira a atingir o que está em vista – ou seja, do lugar ou do *sítio*” (*das ort*).

4. Tempo não-historial e o Lugar

Espaço e Tempo são categorias, noção e conceito moderno que atendem à globalidade e à totalidade.

Na actualidade, em que a construção e des-construção das perspectivas construtivistas e des-construtivistas constituem questões acesas, insistentemente e de forma polémica, tanto no cerne ontológico como epistemológico, são interrogados a forma e processo da Geografia e da História, o significado e sentido do **Espaço**, dos **Espaços**, do **Lugar** da Geografia e também o do **Tempo**, do **Historicismo**, do **Historial** da História.

Excedendo o campo ontológico, em que se joga o historialismo pela conjunção do *ser* e do *tempo*, e não ultrapassando o *tempo* senão para lá do *ser*, não resulta uma apropriação do *ser* e do *lugar* deixando indeterminada a questão do historialismo?

Ao considerar a secundaridade do *Tempo*, atende-se a uma realidade constituída a partir de uma fenomenolidade pré-temporal, assim como ao admitir uma estrutura de transcendência da temporalidade, ela não tem

lugar na relação originária de auto-afeição. O intemporal não é procurado numa qualquer eternidade divina mas numa fenomenalidade ou afectividade que residem fora da história.

O pensamento do *lugar* não reunirá à sua volta tudo o que procura encontrar e que é não-historial?

Ereignis de Heidegger, onde se excede o campo ontológico em que se joga o historialismo pela conjunção do *ser* e do *tempo*, suscitou a um autor como M. Haar, *La Fracture de l'Histoire*, 1994, p. 14: “*Ereignis*, para não ser uma simples nostalgia, um voto instantâneo, um sonho, não deverá manifestar-se somente na luminosidade de um olhar, mas estar situado em qualquer sítio, qualquer *lugar*”.

Reconhecida a possibilidade do não-historial, é preciso não deixar o *historial* e o *não-historial* numa relação de pura exterioridade. Para isso, é necessário repensar o tempo e a história fora do historicismo e admitir a reconversão.

É importante conduzir a conceptualidade do tempo e da história a um não-historial que deve descobrir, de modo que não seja somente o fora-da-história mas o seu lugar de emergência e de acontecimento, o que será constitutivo do *topos* e designar o *lugar* como não-historial.

O não-historial será o campo fenomenal prévio a toda a constituição, uma sorte de caos de *fenómenos* instáveis? Corresponde menos a uma realidade do que a um efeito e processo de método ligado à redução fenomenológica e que não evita o historicismo senão abandonando o campo ontológico onde se situa.

Ou ainda será este não-historial a via íntima de um *corpo* sentido? A saber, neste caso, se o *corpo* não existe originariamente senão na relação consigo, fechado sobre si.

O não-historial será a *Terra*? Esta noção não existe senão pela relação com o mundo e, portanto, muito abstracta, escapando a toda a experiência a que deveria ser convertida a conceptualidade da história.

Poderá ser designado o *Lugar* como esta proto-historialidade donde provêm as *temporalidades* e as *durações* mais diversas e as relações complexas com a Terra, o caos, o corpo, por uma via experienciada?

II. O ESPAÇO E O TEMPO

1. O Lugar na Geografia do Espaço-Tempo, do Historicismo e do Possibilismo

O Historicismo é adoptado por Vidal de La Blache (1903), ao definir a Geografia como “ciência de **lugares** e não de homens”. Contrapunha assim às tendências vigentes – a do evolucionismo naturalista preponderante na atitude de Ratzel e a da sociologia evolucionista de Durkheim, considerando a primeira de carácter determinista e a segunda de carácter organicista – e defendia o **Possibilismo** dos homens, nos **lugares**, de tirarem partido das possibilidades e recursos visualizados e percebidos, e utilizarem-nos para criarem **modos de vida**, comportando-se assim como agentes passivos e activos, ao mesmo tempo, perante as condições do Meio.

O confronto e oposição ao determinismo afirma-se rapidamente por se considerar insustentável a inevitabilidade, sem se admitir diferentes possibilidades, de tal modo que o que acontece significava não ser determinado por causas pré-existentes.

Na Geografia, o **Historicismo** surge aliado ao **Possibilismo**. A relação entre Geografia e História implementada por Vidal de La Blache – em contraposição ao Naturalismo evolucionista que influenciou o Determinismo – foi amplamente desenvolvida, incidindo nos factos e efeitos dos homens e da sociedade. Mas, enquanto a Geografia questionou sempre a História dos Lugares, pelo contrário a História aceitou a Geografia como realidade tangível, “extensão física, cenário ou palco, de modo que o *determinismo* é mais salientado por outras ciências que só procuram na Geografia um suporte natural dos factos” (Orlando Ribeiro, 1960). A mesma perspectiva incide ainda nos Lugares da História.

A ideia de possibilidade de escolha e de decisão, inerente ao **Possibilismo**, consistia numa atitude contrária ao determinismo, sem postular o livre arbítrio por não ser possível admitir a infalibilidade. O **Possibilismo** como atitude não atinge nem pretende definir o processo de decisão e acção humana, nem o mundo que é percebido e em que se exerce a acção e decisão humana, nem, portanto, a relação interioridade-exterioridade. ... “Não foi possível ainda sistematizar as causas da aglomeração e dispersão do povoamento que, na mesma região, pode passar de um tipo a outro. Porque os factos humanos se apresentam sem o carácter de genera-

lidade que revestem tantos fenómenos naturais ... e não se encontrou uma causalidade simples e as relações do homem com o ambiente têm larga margem de possibilidades e de imprecisão. Compreende-se assim que este ramo da Geografia ... a Geografia Humana ... não dê satisfação aos que procuram na ciência relações de causa e efeito, necessárias, e, portanto, previsíveis. A Geografia, pelo seu lado humano, escapa ao *determinismo*” (Orlando Ribeiro, 1987).

O Historicismo contrapunha-se ao Evolucionismo Naturalista, atendendo à questão persistente da relação Homem-Natureza e à oposição entre Positivismo e anti-Positivismo. A relação homem-natureza era evidente desde que o homem e a sociedade se organizaram à superfície da Terra, quando o recuo dos glaciares e dos gelos na era do Quaternário possibilitaram, primeiro a acção do homem, depois a interacção e a organização de lugares, utilizando os recursos, e ainda a apropriação do solo, aumentando cada vez mais e sempre, até hoje, a relação Espaço e Poder. As civilizações pré-clássicas e clássica, evidenciaram distintos modos de utilização, de ocupação e de organização do solo, em que as relações sociais e de poder, as ideologias e os mitos, a noção do sagrado e do profano se reflectiram em diferentes Geografias de Lugares. A diferenciação, a diversidade, a identidade, de que há hoje testemunho em factos materiais que são vestígios de civilizações antigas referenciadas no Espaço e no Tempo, é indissociável e inerente à vida humana e social, à interacção entre seres em heterotopias e distintos lugares, evidenciando-se na marca de civilizações antigas pré-clássicas e clássica em espaços circunscritos e delimitados. A **Geografia do Espaço-Tempo** não é redutível à atitude Positivista e foi marcada pelo **Possibilismo** e pelo **Historicismo**, não só no sentido epistemológico como no sentido ontológico.

O Positivismo sobressaiu em raros e efémeros períodos da Epistemologia e Prática da Geografia que não marcaram passos, fases ou percursos, pois que emergiram em curtos períodos de crise e confronto de ideias, que foram superados sempre por uma visão integradora e anti-positivista.

A presença e acção humana ao longo do *tempo* e a *Civilização* marca-se na polisemia da paisagem visível e observada, que assumiu sempre como representação do espaço em que o complexo de fenómenos físicos, como o clima ou o relevo e a vegetação, e de fenómenos humanos, como a forma de ocupação do espaço, traduzem o sincretismo da realidade geográfica, objectiva e subjectiva, percebida na perspectiva da ocupação humana do espaço e do ponto de vista do *sítio* e do *lugar*; e,

embora o campo de observação seja limitado por um horizonte geográfico, o significado da paisagem, do lugar e do sítio, integra elementos materializados e imateriais emanescetes do lugar ou veiculados por movimentos, deslocações ou realocações de grupos humanos com práticas sociais; de modo global e total, como específico, traduzindo movimentos e pulsões de expansão, retroacção ou declínio, configurando a relação **Geografia e Civilização** em variações culturais, contínuas ou descontínuas, como *Orlando Ribeiro* salientou e demarcou em forma de síntese com marcas ou marcos na paisagem e que poderíamos denominar de “complexos territoriais”(?) (*Orlando Ribeiro*, 1992).

A observação da paisagem visível faculta o significado e o significativo do **Espaço e Tempo**, contínuo ou descontínuo, interactivo e específico, englobante e total, em que difícil é de distinguir o material e o imaterial, sem ponto final sobre a relação entre o Positivismo e o anti-Positivismo.

“A base é, na Geografia, a *paisagem*, aquilo que se vê e pode reproduzir-se. Porém, (n)a paisagem ... além das suas formas próprias, há um complexo mundo de forças que nela vêm inscrever o resultado das suas acções. Por exemplo, o clima de uma região é conhecido por uma série de elementos meteorológicos obtidos pela medição de aparelhos registadores. Mas fala mais ao nosso espírito o aspecto da vegetação, que denuncia o grau de calor e humidade desse clima, do que, as tabelas dos fenómenos atmosféricos. Ao geógrafo importa sobretudo *o que se vê*, isto é, a acção do clima na fisionomia das associações vegetais, na natureza das culturas, na localização das povoações ... mas não despreza o clima *que se sente* através de todos estes seus reflexos visíveis”. “Ora de modo semelhante se deve colocar o problema do âmbito da Geografia Humana, restrita, para uns, ao estudo das obras humanas materiais e da acção do homem sobre a paisagem, ampliada, para outros, até à consideração das formas de cultura ... como as crenças, costumes, tradições, sentimentos (que) podem ter expressão material na paisagem” (*Orlando Ribeiro*, 1960, 66-67).

2. O Possibilismo, a Acção e Experiência no Lugar

A questão do possibilismo só de uma forma breve e sumária se pode considerar encerrada, pois que ela emerge com acuidade actual que importa considerar.

A *Civilização*, o *saber* e a *experiência*, que tinham permitido aproveitar, utilizar e valorizar os recursos naturais em benefício das socieda-

des humanas, ou aceitar as limitações da Natureza, condicionando as formas de ocupação e organização dos lugares, são o fulcro do *Possibilismo*.

A *experiência* é, contudo, uma revelação cada vez mais importante, acentuando-se a possibilidade da experiência que precede e excede toda a representação socio-espacial.

O **Possibilismo**, realçado quanto à relação Natureza-Homem-Sociedade, não admitiu o seu carácter determinista e atendeu a um dos termos da questão, ou seja, ao homem e à sociedade, com possibilidades de escolher, decidir e actuar sobre o meio. Esta atitude, tão importante em Geografia, viria a ser acentuada e alargada insistentemente na actualidade, com a ênfase na *representação* socio-espacial, o *desempenho* das pessoas como *actores* e *agentes* (“human agency”), a *mediação* e o *mediador*, a *acção* e *actuação*.

É importante reconhecer que, com o **Possibilismo**, o estudo dos **lugares** não considerava a sequência ou a justaposição de eras ou épocas mas atendia antes à experiência, o conhecimento e o saber, a “actividade e engenho” que se desenrolavam incessantemente ou com rupturas e riscos, com inovação ou inércia, carácter e símbolo da **Civilização** ou da **Geografia e Civilização**. O **Tempo** não era o da interioridade ou da subjectividade, nem o da História. Ininterrupto, contínuo ou descontínuo, era o das **Temporalidades, Durações**.

Se o **Possibilismo** se apresentou em oposição ao determinismo evolucionista, do mesmo modo se confronta com o da evolução da História.

O **Possibilismo**, contrariamente ao historicismo epistemológico e em oposição ao historicismo evolucionista, é ontológico, sem aceitar uma determinação e previsibilidade ou uma evolução necessária que limita a possibilidade de outra acção não previsível.

O **Possibilismo** evidenciado nos **Modos de Vida** e na **Geografia e Civilização** não admitia a relação de causa a efeito entre a Natureza e o Homem ou a Sociedade, nem pressupunha o evoluir linear da História ou a sequência historicista de fases e épocas distintas e subsequentes. Tinha o significado de representação mental e percepção, saber e experiência e, assim, assumia uma perspectiva cultural

A **atitude ecológica** e a **atitude corológica** (Orlando Ribeiro, 1960) não eram redutoras nem fixas como opostas e exclusivas. Epistemologicamente identificava-se com o **Sistema** ou **Epistema** na concepção moderna de M. Foucault (1966). Este carácter específico, **cultural**, ressurge na Geografia, nomeadamente, na noção de **Região** e de **Lugar** no

mundo contemporâneo, em que a dinâmica da globalização não anula, antes acentua a diversidade, a alteridade, a pluralidade cultural de sistemas, regiões e **lugares**.

O *conhecimento* do mundo e dos *lugares* baseia-se na *experiência*, pensamento e sentimento, *sentido* (“*sense of place*”).

A relação com o mundo exterior é a partir dos sentidos, percepção e observação de testemunhos, da memória.

A noção de que não se sabe para além do que faculta a experiência, a percepção e o sentido, poderia justificar o cepticismo acerca de um mundo exterior. Porém, a noção de um mundo exterior é inevitável, porque não é crível ter experiências sem que haja objectos e causas externas.

As razões para considerar um mundo exterior advém de admitir que, se não podemos estabelecer confiança nas nossas experiências e sentidos em relação ao mundo exterior, também não há, por outro lado, razão para pensarmos que podemos confiar nas teorias elaboradas por cientistas, pois que a ciência seria tão vulnerável quanto a percepção. O cepticismo radical não fará sentido, se não fizer sentido a ideia de uma realidade exterior que ninguém poderia jamais descobrir e atingir.

A ideia de realidade (exterior?) está inerente ao mundo e ao lugar em que vivemos. A ideia das coisas é a que provém da observação do que nos rodeia. A partir da interioridade da mente se capta o mundo (exterior?); admitimos que é praticamente impossível acreditar que os objectos que nos rodeiam podem não existir na realidade, porque a aceitação do mundo exterior pulsa no ser e na mente, no lugar onde estamos, no *Logos*.

Os comportamentos dos outros exercem-se no quotidiano e no lugar, sem, contudo, podermos estabelecer uma relação com as suas experiências e sentidos. Os padrões de comportamentos variam em diferentes sociedades e diferentes épocas. O juízo de certo ou errado é relativo a épocas, sociedades e lugares. Este relativismo tem os seus opositores que não admitem critérios de certo e errado dependentes inteiramente de padrões aceites na sociedade vigente e atendem a critérios em padrões universais. De facto, um comportamento, uma acção é suscitada a partir da interioridade. A conduta em relação a outros emerge de motivos suscitados em si, pelo sentido e sentimento, tendo em vista a valorização da experiencição, satisfatória ou de bem-estar. Os motivos relacionam-se com um sentimento ou sentido de valoração que suscitam o comportamento e a acção. O meio social em que o indivíduo age e actua é o da representação, mediação e valoração que suscitam acções, decisões, comportamentos.

3. O Não-Historial, o Topos e o Lugar

O intemporal traduz-se numa *experiência* do tempo e da história, deslocando-se do conhecimento da História para se manifestar na experiência dos *lugares*. O intemporal, não negando o tempo nem mantendo-se exterior à história, admite esta travessia e incide na experiência da história contemplada na experiência do *topos* que é a experiência do intemporal.

O historial e o não-historial não são exteriores um ao outro. A origem e o destino, o acontecimento e a época são salientados como manifestações do intemporal na história, porque o intemporal não pode ser considerado fora daqueles conceitos inerentes à história, nem se pode admitir a eternidade imóvel sem origem nem fim, sem evolução e sem periodização.

O historicismo se revela na *experiência* dos *lugares*, sem deixar suspenso o intemporal que é o dos lugares que o manifestam, porque de outro modo a época seria utópica. No intemporal, o não-historial identificado com a dinâmica dos *lugares* torna-se o objecto do *topos*. Se a *Terra* é uma figura e uma imagem insistente, revela-se num *lugar* ou na variedade dos *lugares*.

A reconversão da história para o *topos* reconhece no *lugar* a figura do não-historial. O *topos* corresponde a nova ideia de história resultante da sua reconversão nos lugares. Assim entre lugar e tempo não há relações de exterioridade ou de exclusão. O *topos* descobre o *lugar* intemporal em que toda a temporalidade se origina e então a história é uma forma que se prefigura no lugar.

4. A Geografia do lugar ontológico – da pessoa, da representação, do lugar, da mediação, da interacção, do entre-dois, da acção – ao lugar da Geografia epistemológico

O pensamento não tem liberdade ilimitada. Há um corpo que faz a mediação entre dois e entre lugares. O corpo não é um lugar mas um princípio ontológico a partir do qual um lugar se determina: mantém aqui, liga ao pensamento, às coisas que o rodeia, relança à singularidade de qualquer parte.

O *lugar* – de onde e quando – é o do pontual.

O dinamismo de elementos estrutura um *meio*, uma globalidade em que todas as dimensões do ser estão compreendidas.

A espacialidade assume-se pela globalidade. A categoria do *espaço*, presente na Fenomenologia da Percepção de Merleau-Ponty impõe-se porque a ontologia admite sem restrições a ideia do mundo e a do horizonte que a funda. Aquele que está diante do horizonte está englobado. O horizonte delimita um campo: este não é um lugar; é o espaço do mundo em que estar no mundo é estar englobado.

A visibilidade, o visível e o visto é circunscrito por um corpo *aqui*. Circunscrito o visto, o mundo não é o mesmo; torna-se circunvizinho, quer dizer, *topos*.

O relançar para o mundo e o relançar do mundo no corpo leva a uma perspectiva *tópica* do mundo pelo corpo. A reversibilidade relança o mundo em corpo e o corpo em *topia*. Somática e topia estão, portanto, indissociáveis. O Lugar é a circunscrição da redução ou da restrição do mundo; antes de ser na topia, quer dizer, antes do processo cognitivo, a redução *tópica* é o movimento ontológico que dá à topia o domínio das investigações.

O *Lugar* é como uma intersecção de campos sensoriais do corpo, anel ou círculo de manifestações circunscritas pelo corpo. Ao *Lugar* escapam os limites que afectam a geografia do espaço ou da administração do território. Não é uma área e escapa, portanto, a toda a perspectiva espacial.

O *Lugar* é uma pulsação entre diferentes campos e a oposição entre dois campos da ontologia apaga-se. Os dois convergem para uma definição de *Lugar* como pulsar.

Topos declina e escapa ao *Espaço* como *Logo*, realidade (exterior?), representação e experiência, localizado e relacional, Meio, Mediação e Acção.

Topos e *Logo*, como lugar identificável na Terra e na realidade como experiência, implicam em primeiro lugar a relativa posição geográfica e a presença, experiência e actuação humana; neste sentido a *Geografia* é um *Logo* e o *Logo* é inerente à Geografia (como grafia da Terra Habitada), incidindo o conhecimento geográfico no *Espaço Geográfico*, habitado e construído, *Social* e, especificamente, *Cultural*, a partir do *Lugar*.

A ideia de diferença é limitada, talvez pertinente mas ínfima.

O conceito de diferença deve dar lugar ao de entre-dois, ao espaço em que os dois termos parecem convocar uma origem para se explicar e para que haja uma passagem entre-dois.

De facto, não há “no man’s land” entre dois, pois que não há um único bordo que divide, mas dois bordos que se tocam, tais que os fluxos circulam entre eles.

A diferença aparece como um entre-dois reduzido, traçada onde é o traço que abre o espaço de um novo laço; fixa com uma linha o afastamento, onde a experiência tem lugar no centro da separação que não é neutra entre-dois.

A diferença revela-se como um cliché de entre-dois, um caso limite e limitado, particular.

A lógica dos conjuntos – em que conjunto é uma reunião de elementos com as mesmas características – não se adapta à dinâmica de relações, tensões, conflitos, colectivos e subjectivos, mesmo que aquela lógica esteja modelada por uma lógica do outro, de alteridade que a recorta e a surpreende. Assim, entre duas línguas ou duas culturas, a questão é ainda mais evidente: as entidades não se colam ou se opõem ao longo de um traço ou fronteira ou de um bordo em que se ajustam e se correspondem; não há duas entidades diferentes que se alinham ou se ajustam ao longo de um traço que as separa; ao contrário, há um vasto espaço em que interacção e integração se tornam fluidas ou flexíveis, móveis, em jogos diferenciais. Então, a ideia de fronteira ou de traço, com um dentro e um fora, um aqui e um lá, parece insuficiente. É o *espaço* de entre-dois que se impõe como *lugar* de acolhimento das diferenças em jogo.

Em relação aos *Lugares*, trata-se de movimento entre-dois, deslocação não só física, como da mente e da memória, memória dos lugares, mobilidade e relação com a memória. A deslocação e a mobilidade, através de trajectos ou de discursos, corresponde a poder de enfrentar o entre-dois, a passagem para o desconhecido para encontrar de novo, em que não se ousa imediatamente avançar, por falta de *lugar*, de certeza, de garantia. Entre-os-dois pode-se estar na expectativa, hesitação ou medo. Poder emergir deste sintoma é poder agitar este entre-dois – que está talvez rígido por outros conflitos, outros compromissos – em forma de entre-dois, talvez.

A questão é tão actual que falamos de integração – de Estados, de estrangeiros, de conhecimentos, de modos de vida. O entre-dois é relativo à articulação com o outro: outro tempo – questão de memória; outro lugar – questão de sítio; outras pessoas – questão de laços. Para além das relações que o entre-dois actualiza, onde toma toda a sua força é quando aparece com a figura de origem: espaçamento da origem, do tempo em que viveu, perdido ou reencontrado, que supõe ou implica outra coisa que a reunião, no entre-dois, imóvel; em que em relação à origem há passos de proximidade, sem poder usufruir de estar próximo e sem poder se afastar.

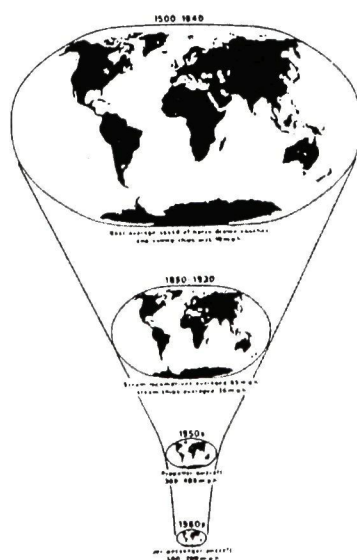
Tempo, Temporalidades, Durações

No entre-dois põe-se a questão da origem. A identidade, mais do que um estado, é um partir da origem como para um lugar sem forma, em torno de ancoragens que podem derivar ou parecer invariantes; parte-se não para o caos mas para formas de identidade em mosaico em que cada um dos elementos se assumiria como reunião de fragmentos, o que implica ainda a passagem pela origem.

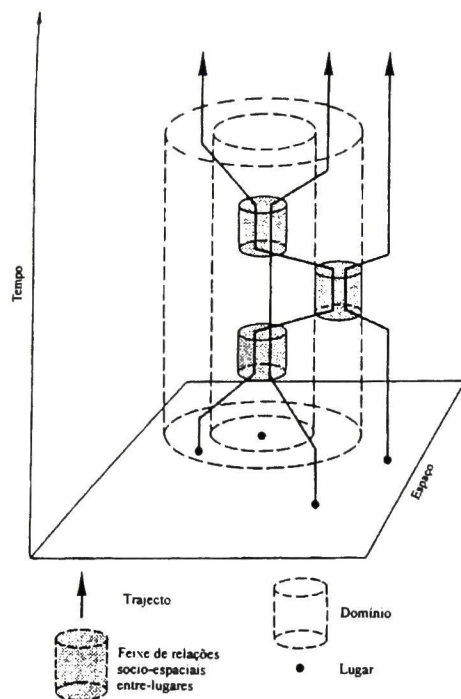
O entre-dois é um espaço *dinâmico* e não um traço de diferença. É o *espaço* de uma *prática*, de uma *passagem* e como tal um meio de pensar a *situação*. Quando numa prática, falta aparecer o entre-dois é porque a origem permaneceu em todo o lugar; quando aparece e não se consegue ultrapassá-lo ou deslocá-lo é porque tem o lugar de origem. O entre-dois aparece como podendo ser ultrapassado, deslocado ou transferido. Daí a importância da viagem e da deslocação e a ideia que há entre-dois e a acção é a de ultrapassá-lo.

Em relação à situação do *lugar* há um entre-dois e a passagem ou deslocação efectua-se cada vez mais e, em relação à origem, há proximidade sem voltar poder usufruir de estar próximo e sem poder se afastar, do sítio, da memória, dos laços. Atravessar o entre-dois é deslocar-se para o desconhecido para encontrar de novo, é a *viagem*, tema central de muitos textos e discursos sobre a pós-modernidade.

Contração do mapa do mundo pelas inovações nos transportes
e comunicações na compressão do espaço pelo tempo



Representação, em diagrama, dos trajectos no quotidiano espaço-tempo, segundo Häggerstrand (1970)



III. GEOGRAFIA DOS LUGARES E O LUGAR DA GEOGRAFIA

1. Geografia como “ciência de lugares”

A frase emblemática de Vidal de La Blache da “**Geografia como ciência de lugares e não de homens**” é reconhecida como “histórica” e aceite como tal, suscitando frequentemente não mais do que um sorriso tolerante perante uma herança passada, historicista e, portanto, em descontinuidade, senão em ruptura, com a atitude da Geografia cultivada e praticada por jovens geógrafos contemporâneos, mais empenhados numa geografia que não é de lugares mas positivista, agregando factos materializados para comprovar, predizer e prever.

A mesma sorte teve, inevitavelmente, a noção de **modos de vida** como se fosse referente a uma herança passada, identificando espaços delimitados, circunscritos, específicos que estivessem ultrapassados pela crescente interacção e mobilidade e por padrões vigentes de comportamentos e actuações, mais rápidos e objectivantes no consumo do espaço.

Os **modos de vida** foram salientados a propósito da **Possibilidade** de os homens utilizarem os recursos percebidos e, com “actividade e engenho”, criarem uma diversidade de **modos de vida**: “O homem, cada vez mais emancipado da influência directa do meio natural, criou **modos de vida**. Tirando partido dos recursos, proporcionados por meio, soube, com a sua actividade e engenho, transformá-los numa grande multiplicidade de serviços... A acumulação no local onde o homem organizou o seu **modo de vida** foi a **Geografia** que a criou” (Orlando Ribeiro, 1968, sublinhados nossos).

Os **modos de vida** traduzem a passagem de uma economia de conservação (em relação à Natureza) para uma economia de produção. A produção do espaço com a construção do espaço intensificou-se a ponto de se tornar mais relevante a questão do consumo pela sociedade em relação ao espaço construído, estando subjacentes as noções de *Espaço como produção*, ou a *produção e a construção do Espaço*, assim como a de *Espaço e Poder*.

Os **modos de vida** no Espaço, modificaram-se, portanto, incessantemente. A noção de **modos de vida**, no sentido global e total – no Espaço como representação, mediação e acção, Espaço que é Habitado e Vivido nos lugares do habitat, do trabalho e do consumo – persiste, no entanto, actualizada, acentuando-se a sua diversidade patente nos **Lugares**, na **Paisagem**, nos fluxos e trajectos, assim como nos *nós da rede*, quer quanto à habitação, o consumo, o recreio e o lazer, no espaço público e no espaço privado.

Ressurge, assim, mais uma vez, a questão entre a **Geografia dos Lugares** e a *Geografia Geral* dedutiva e sistematizada.

A polémica foi acesa com a posição de R. Hartshorne (1939), ao insistir na geografia da diferenciação e da diversidade, quando tendia a sobrepôr-se uma atitude monotética e positivista em reacção à atitude ideográfica considerada conotada com o particular e o específico.

A **Nova Geografia**, emergindo na década de 50, sinalada e sublimada por *modelos* que postulavam a *organização espacial da sociedade* mediante a eficácia do *homo æconomicus*, foi confrontada com atitudes polémicas, quer as *estruturalistas* de inspiração marxista, quer as *fenomenológicas* de inspiração humanista.

A classificação e demarcação em termos epistemológicos e ontológicos é demasiado linear, redutora e artificial.

A este propósito é importante invocar a posição de *David Smith*, geógrafo, que, na segunda metade dos anos 70, se destacou com uma

perspectiva que não opunha o liberalismo, por um lado, e o marxismo, por outro lado, apresentando-se entre-dois, como uma *Terceira Via* na Geografia Humana, a **Welfare Approach** (1977). No campo da geografia, como estudo de distribuições, variações, diferenciações e diversidade no espaço, salienta a relevância de interrogações: **Onde, Como, Quem, Para Quem?** Estas questões revelam, necessariamente, o carácter interdisciplinar da Geografia: a da distribuição das actividades económicas na agricultura, indústria e serviços, a da **Geografia Social**, Rural ou Urbana; a da **Geografia Política** e a da **Geografia Cultural**. A distribuição e redistribuição da população, dos recursos, da riqueza, dos rendimentos, dos benefícios e dos custos, em termos de Geografia e Sociedade, Espaço e Recursos, são evidenciados como questões que suscitam o Estado Providência e o seu papel na distribuição e redistribuição de acordo com critérios e indicadores *de bem-estar social*. Estes indicadores variam no Espaço e no Tempo, a diferentes escalas – da escala mundial à escala nacional, regional e local – significando, assim, que não são determinados por uma tipologia mas contingentes, consoante os valores *da Sociedade no Espaço e no Tempo*, valores normativos e não padrões determinados em geral na Sociedade, no Espaço e no Tempo. Esta *perspectiva da Geografia Humana* desvia-se da ideologia positivista marcada pelo *homo œconomicus* da *Nova Geografia* até então vigente, e, sem negar a *quantificação* que é considerada imprescindível aliada a uma atitude *qualitativa*, atende a uma perspectiva de *Geografia Social*, humanista mas não fenomenológica, e ao pendor da *Geografia Política* do *Estado* e do *Cidadão* e, portanto, à *Geografia Cultural*.

Posição distinta assume *Doreen Massey* que, atendendo às interpretações estruturalistas da mudança a nível mundial – em *The Anatomy of Job Loss, the how, why and where of employment decline*, 1982, e *Spatial Divisions of Labour, Social Structures and the Geography of Production*, 1984 – interrogou-se sobre a *Geografia Regional* que tinha sido amplamente desenvolvida pelos discípulos de Vidal de La Blache e que, perante a dinâmica mundial, teria perdido sentido? “*In what sense a regional geography*” (1979)? Viria, contudo, a confrontar-se com a especificidade evidente e manifesta do **lugar** (“**the uniqueness of place**”, 1985) e, desde então, suscitou a importância do **lugar** como questão fundamental na Geography em **Geography matters!** Como será evidenciado adiante, em conclusão, são numerosos os autores que se destacam em estudos, análises e *perspectivas* da Geografia Moderna e Pós-Moderna, que incidem no **Lugar** como questão fundamental não só da **Geografia Social** mas, signi-

ficante de globalidade, complexidade, diversidade, especificidade e alteridade, decididamente da **Geografia Cultural**.

A *região* ressurge na Geografia actual marcada pelas forças da globalização. Num artigo recente, relembra-se o desenvolvimento que teve desde “a geografia clássica de Estrabão e de A. Von Humboldt em que o mundo consistia em trajectos e países descobertos no curso das explorações. A *região* é assimilada em *países* cujas paisagens, povos e modos de vida são descritos e que eram governados pelo país dominante (de modo que reconhecemos que “*regere*” é a raiz da região). Foi com E. Reclus (1885. 1887), e mais especificamente na *Geographie Universelle*, que o conceito regional foi enquadrado: como um termo popular relativo a espaços regionais e que serve de base a divisões administrativas dos estados-nação ... Vidal de La Blache (1889, 1910) atende a uma diferente perspectiva e baseou a *geografia regional* numa atitude *possibilista*: a relação entre natureza e sociedades criando a história e a geografia dos homens que tinham tido possibilidade de tomar as vantagens do meio em que viviam ... O termo de “*região cultural*”, mais recente, designa a área em que as culturas se difundem e desenvolvem solidariedades territoriais. A partir daqui, a geografia das representações, que permite passar de análise numa escala colectiva (macrogeografia) para o estudo de indivíduos (microgeografia), foi apenas um passo para os “Espaços Vividos”” (A. Fremont, 1976).

“Num século, a evolução do conceito de “*região*” levou-nos a compreendê-lo numa realidade que é o produto *social* gradualmente construído pelas sociedades nos *lugares*. Dependendo da escala geográfica privilegiada, a região é uma referência à lógica local ou à lógica global, em restritos retalhos do espaço ou em sistemas continentais. Poderíamos substituir a ideologia da unicidade e especificidade de um grupo de pessoas e o seu direito a viver no seu território, por uma ideologia da variedade de populações nos países e no mundo? Assim, falar da *região* é compreender o seu passado, atender à relação que as sociedades e as pessoas têm aos *lugares*, é explicar a sua especificidade económica, política e social no contexto do *local* e do *mundo*, é enfrentar as prospectivas do futuro” (Antoine S. Bailly, 1999).

“Mesmo em relação à cidade em que vigorou no passado uma interpretação funcionalista, a *perspectiva cultural* é cada vez mais insistente e, reconhecendo-se a dimensão simbólica, é sublinhado o papel da cidade como centro cerimonial e como *lugar* de ostentação do poder” (P. Claval, 1999). “A cidade é interpretada como a cena em que se desenvolve a

actividade da grande maioria das pessoas e é nesta óptica que se interroga sobre as suas dimensões culturais” configuradas em “formas de urbanidade”: “há uma especificidade de maneiras de viver ligadas à cidade; os encontros têm *lugar* diante de construções que constituem um décor e dão à cena uma atmosfera e um estilo. E mesmo quanto ao sítio, quando a cidade apresenta uma frente marinha ou ribeirinha, todo o bairro é remodelado, reordenado e renovado para atracção dos habitantes dos arredores ou da periferia da cidade, que constituem a grande massa da população actualmente, vindos da própria área metropolitana ou em deslocação turística”. Assim, “numa *cultura* a urbanidade reflecte os laços que ligam os *estilos de vida* e os *quadros de vida*. Evolui com o tamanho das cidades, posição e extensão e a passagem de estruturas axiadas num núcleo central único a espaços policêntricos. Muda também de uma *civilização* para outra. Augustin Berque analisa as diferenças entre a urbanidade francesa e a urbanidade japonesa” e outros estudos demonstram a “importância crescente que se atribui à Geografia Cultural” (Paul Claval, 1999).

2. O Lugar como foco da Geografia Contemporânea, de Fluxos e Redes, da Especificidade Global-Local, em vez da relação Local-Espacial e Historial-Temporal

É insistentemente referida actualmente a questão global-local, salientando-se que, com a globalização, o mundo não se torna homogéneo ou uno reduzindo-se as variações locais; ao invés, a diversidade é intensificada, não devido à integridade da comunidade local apegada pela tradição e resistindo ou acomodando-se a um sistema mundial em que os factores de poder aumentaram, mas pelas próprias condições da globalização.

A globalização tende a reconstruir, em vez de destruir, as localidades, de tal modo que o conceito e noção de *local* e *lugar* mudaram. Os *lugares* são feitos ou factos de relações de poder em que a escala geográfica configura as identidades em que o controlo é exercido ou contestado. A *escala* é importante, portanto, na definição socio-espacial do(s) lugar(es), o que não implica que eles sejam construídos por processos que operam a uma simples escala espacial de nível local.

Como Doreen Massey salientou (1991), os *lugares* são produzidos pela intersecção, de fluxos e interacções, de processos que operam a diferentes escalas, global e local, ou seja, de relações sociais que actuam em vastas e múltiplas escalas espaciais, o que lhe sugeriu o termo de “*sentido global do lugar*”: não é paradoxal porque o *lugar* não é mais definido

pelo enraizamento na tradição local mas pelas relações socio-espaciais que intersectam e no *lugar* reflectem o seu carácter específico. A autenticidade dos *lugares* num mundo global, e até mesmo nas cidades com proeminência mundial como Londres ou Nova Iorque, é feita e facto de fluxos e movimentos, da intersecção de relações sociais, em vez da estabilidade e enraizamento.

Distância em termos de vivência e representação socio-espacial não implica sempre idêntica *distância geográfica*: os habitantes dos mesmos *lugares* (cartesianos) podem estar a viver em distintos *lugares*.

O carácter relacional dos *lugares*, entre-dois, construídos através de relações (sociais) entre indivíduos e grupos, estende-se através das escalas geográficas da base para o topo e vice-versa e as práticas sociais interligam o local, o regional, o nacional e o global, por distintos modos para diversos habitantes.

A importância dos fluxos e da mobilidade, nesta nova conceptualização e representação do *lugar* relacional, não significa que não permaneçam lugares no espaço-tempo mais limitado, estável, persistente e circunscrito: os *Não-Lugares* (Marc Augé, 1993) em que os habitantes se reduziram, e que, como testemunhos ou sítios históricos, atraem um grande afluxo de turistas; não ocorre o exemplo das “aldeias históricas” situadas na franja fronteiriça da Beira Interior, onde o êxodo da população foi elevado e consequentemente se efectuou uma estratégia de valorização que, como a apelação de “aldeias históricas” indica, se concretizou no apelo a turistas, principalmente estrangeiros, para visitarem a história nos lugares ou os lugares da história?

Atender à noção de *lugar* de fluxos e interacção, de relações e práticas sociais, é compreender uma diversidade de lugares e sítios – a casa, o local de trabalho, o café ou a cafetaria, o centro comercial, o ginásio ou o jardim. É mais difícil hoje compreender o bairro que é afinal uma noção tradicional, hoje apreendida com mais dificuldade, ou mesmo apagada ou anulada, numa era em que a interacção, os fluxos, os trajectos e as artérias, com grande intensidade de tráfego e de veículos, traçam corredores entre a casa e o trabalho, o espaço de habitação e o de consumo, o das funções e actividades económicas e os espaços para férias, entre a pulverização de fragmentos do espaço de heteropias, entre-dois.

As acções e actuações relacionam-se com as intenções e valorizações: são, portanto, moldadas e afeiçoadas culturalmente e assim se configuram e posicionam no espaço-tempo. É neste contexto que se efectuam as relações e práticas sociais do quotidiano, em que os comportamentos e

acções se declaram, agindo e reagindo por apreensão e interpretação do sentido e do significado, através da percepção e da representação que, para além da identidade pessoal, são intersectadas *social e culturalmente* no espaço-tempo.

É por isso que a onda da *geografia social e cultural* tende a crescer na investigação e na pesquisa com grande ênfase nas diversidades das espacialidades da sociedade e dos lugares, nas representações, significados e símbolos.

Uma nova Revista periódica de *Geografia Social e Cultural* engloba a *Geografia Social* e a *Geografia Cultural* “como as mais dinâmicas e vibrantes campos da pesquisa geográfica ... em que a Geografia Social atende às espacialidades da sociedade e ao espaço e lugar na relação entre grupos no quotidiano, enquanto a Geografia Cultural questiona as espacialidades da cultura, e o papel do espaço e do lugar ... Recentemente houve uma transição em ambos os campos, reinventando e incorporando o pensamento geográfico contemporâneo na teoria e na prática ... E esta passagem e transição levou os dois campos a aproximarem-se e nos lugares a emergir”.

Na ênfase da *Geografia Social e Geografia Cultural* destacou-se a *Geografia do Género, Feminista*, que atende a duas perspectivas do Género: a das relações sociais e a do significado simbólico, ambas culturalmente construídas. Estas investigações constituem hoje uma corrente inovadora, reconhecida na Geografia Moderna e Contemporânea não só pela importância e valor da pesquisa realizada, especificidade de objectivos e de tendências da investigação como, cumulativamente, pelas contribuições muito válidas para a Geografia Moderna e Pós-Moderna: de destacar a incorporação em obras de grande vulto como a de *Gender, Identity & Place, Understanding Feminist Geographies* (L. McDowell, 1999) e a de *Gender, Place and Culture, a Journal of Feminist Geography*, em expansão em 1999.

Não surpreende que esta corrente dê particular atenção ao(s) lugar(es): a Geografia do Género (Feminino) atende à diversa experiência do Género nos espaços e lugares, que é ao mesmo tempo a constituição e relação social do Género e do Lugar, diversificada no espaço e no tempo. A(s) Geografia(s) do Género contribuem para o significado e significante do Lugar e da diversidade cultural, espacialmente variável através de diferentes escalas, com interconexões tendo como foco o(s) lugar(es): quanto aos padrões e comportamentos, espacialmente localizados e manifestados, releva o *sentido de lugar* que não se traduz por uma

escala de análise local mas pelas relações e práticas sociais no espaço-tempo, em que nos nós dessas redes e através de significados culturais se constituem os *lugares*.

Assim como *os lugares*, como espaços territorialmente circunscritos e a diferentes escalas, são construções sociais do(s) espaço(s), as ideias sobre o *Género* e o *Lugar*, nas redes de interacção e relacionais, são construções sociais do(s) lugar(es): a *casa* que, através dos estudos do *Género*, levanta o repto e o desafio às noções convencionais de dentro e fora, privado e público, e tem o significado não de um lugar mas de muitas e de várias e mutáveis perspectivas; a *comunidade*, a *cidade* ou a *localidade*, em que as tendências de relação e diversidade são múltiplas; a divisão do *trabalho* e das actividades e ocupações socio-profissionais; os *espaços públicos*, da rua aos espaços de consumo e lazer, a que a afluência é crescente; a *Nação* em que se revelam as posições de *cidadania* e as políticas do *Estado*; as deslocações e mobilidade entre-dois lugares e o significado da *viagem* como metáfora central da pós-modernidade.

É importante reflectir que os *Estudos do Género* estão a ser suscitados com grande insistência na actualidade: os movimentos feministas emergiram no século passado como protesto contra a desigualdade e para conquistar os direitos de cidadania; actualmente, ressurgem com um carácter reivindicativo ou como manifesto por um *lugar* numa sociedade igualitária nos direitos humanos, senão mesmo como reclamação do reconhecimento da sua especificidade. Os direitos das *crianças* ou dos *idosos* não sobressaem como questão ou tema de estudo relevante na sociedade actual: como grupos *dependentes* não se consideram actores com representação ou reivindicação e, portanto, não requerem atenção nem provocam manifesto na sociedade actual e, por isso, os seus problemas estão submersos e, no entanto, respeitam à vida, à vivência e à cultura, aos direitos, à identidade e ao *lugar*.

Bibliografia

- AGNEW, J.A. e DUNCAN, J.S. (eds.). 1989 – *The Power of Place*, London, Unwin Hyman.
- AUGÉ, M., 1993 – *Non-lieux, Introduction à une anthropologie de la surmodernité*, Paris, Seuil.
- BAILLY, A., 1999 – “The Region: A Basic concept for Understanding Local Areas and Global Systems”, *CYBERGEO*, Revue Européenne de Géographie, ISSN 1278-3366, 18/05/1999, Página da Web 1 de 9 a 9 de 9.

Tempo, Temporalidades, Durações

- BAILLY, A. ET FERRAS, R., 1997 – *Éléments d'épistémologie de la géographie*, Paris, A. Colin.
- BERQUE, A., 1997 – *Être humains sur la terre*, Paris, Gallimard.
- CAPEL, H., 1981 – *Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea*, Barcelona, Barcanova.
- CLAVAL, P., 1980 – *Les mythes fondateurs des sciences sociales*, Paris, PUF.
- CLAVAL, P., 1999 – “Les Interpretations Fonctionalistes et les Interpretations Symboliques de la Ville”, *CYBERGEO*, Revue Européenne de Géographie, ISSN 1278-3366, 18/05/1999, Página da Web 1 de 22 a 22 de 22.
- COOKE, P. 1990 – *Back to the Future. Modernity, Postmodernity and Locality*, London, Unwing Hyman.
- ENTRIKIN, J.N., 1991 – *The Betweness of Place. Towards a Geography of Modernity*, Baltimore, John Hopkins University Press.
- EYLES, J., 1985 – *Senses of Place*, Warrington, Silverbrook Press.
- FEBVRE, L. 1991 – *A Terra e a Evolução Humana. Introdução Geográfica à História*, Lisboa, Ed. Cosmos.
- FOUCAULT, M., 1994 – “Des espaces autres”, *Dites et Ecrits*, Vol. IV, Paris, Gallimard.
- FOUCAULT, M., 1996 – *Les mots et les choses. Une archeologie des sciences humaines*, Paris, Gallimard.
- FRÉMONT, A., 1976 – *La région, espace vécu*, Paris, PUF.
- HÄGERSTRAND, T., 1982 – “Diorama, path and project”, *Tidschrift voor Economische en Sociale Geographie*, 73(6), 323-339.
- HARTSHORNE, 1939 – *The Nature of Geography*, Lancaster, Pensylvania, Association of American Geographers.
- HEIDEGGER, M. 1962 – *Being and Time*, Ser e Tempo (Trad.), 1996, Petropolis.
- HUMBOLDT, 1874 – *Cosmos* (Trad., Madrid).
- KANT, I., 1961 – *La Raison Pure*, Textes Choisis, Paris, PUF.
- KANT, I., 1961 – *La Raison Pratique*, Textes Choisis, Paris, PUF.
- JAMESON, F., 1991 – *Postmodernism or the Cultural Logic of the Late Capitalism*, London, Verso.
- LA BLACHE, V., 1902 – “Les conditions géographiques des faits sociaux”, *Annales de Géographie*, Paris, XI (55), 13-23.
- LA BLACHE, V., 1911 – “Les genres de vie dans la géographie humaine”, *Annales de Géographie*, 20, 193-212.
- LA BLACHE, V., 1922 – *Principles de Géographie Humaine*, Paris, A. Colin.
- LE FEBVRE, H., 1974 – *La production de l'espace*, Paris, Anthropos.
- MASSEY, D., 1979 – “In what sense a Regional Geography?”, *Regional Studies*, 13, 233-43.
- MASSEY, D., 1982 – *The anatomy of job loss, the how and where of employment decline*, London, Methuen.

- MASSEY, D., 1984 – *Geography matters!*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MASSEY, D., 1984 – *Spatial Divisions of Labour, Social Structures and the Geography of Production*, London, MacMillan.
- MASSEY, D., 1985 – “New Directions in Space” in D. GREGORY e J. VERY, *Social Relations and Space Structures*, London, MacMillan.
- MASSEY, D., 1991 – “A Global Sense of Place” in S. DANIELS e R. LEE, *Exploring Human Geography*, London, Arnould.
- MASSEY, D. e JESS, P. (eds.), 1995 – *A Place in the World?*, Col. The Shape of the World. Explorations in Human Geography, Vol. 4, 1995, Open University, Milton Keynes.
- McDOWELL, L., 1999, *Gender, Identity and Place, Understanding, Feminist Geographies*, Cambridge, Polity Press, Blackwell.
- PARKES, D., 1980 – *Times, spaces and places: a chronogeographic perspective*, London, J. Wiley & Sons.
- PRED, A., 1977 – “The Choreography of existence: comments on Hägerstrand’s time-geography and its usefulness”, *Economic Geography*, 53, 207-221.
- PRED, A., 1994 – “Place and historically contingent process: strutation and time-geography of becoming places”, *Annals of Association of American Geographers*, 74, 279-297.
- POPPER, K., 1957 – *The Poverty of Historicism*, Trad. Alianza Editorial, Madrid, 1973.
- RECLUS, E., 1868 – *La Terre*, Paris, Lib. Hachette.
- RECLUS, E., 1905-1906 – *L’Homme et la Terre*, trad. Madrid, 1975.
- RIBEIRO, O., 1960 – *Atitude e Explicação em Geografia Humana*, Porto, Galaica.
- RIBEIRO, O., 1968 – “En relisant Vidal de La Blache”, *Annales de Géographie*, 424, 641-662.
- RIBEIRO, O., 1987 – *Introdução ao estudo da Geografia Regional*, Lisboa, Ed. Sá da Costa.
- RIBEIRO, O., 1992 – *Geografia e Civilização*, Lisboa, Livros Horizonte (1.^a ed, 1961; 2.^a ed., 1979).
- SMITH, D., 1977 – *Human Geography, a Welfare Approach*, London, Arnold.
- TRIFT, N., 1983 – “On the determination of social action in space and time”, *Environment and Planning. D, Society and Space*, 1, 23-57.
- TUAN, Y., 1977 – *Space and Place: The Perspective of Experience*, Mineapolis, Univ. of Minnesota Press.
- UNWIN, T., 1992 – *The Place of Geography*, London, Longman.